



# Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1988.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e João Arruda. Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caio Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Esquias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado (33). Ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Messadri, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cherigate, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Pirajá Ferreira, Quislas Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagem:

### MENSAGEM

Curitiba, 15.09.88.  
Sob o nº 102/88, do Senhor Governador

do Estado, encaminhando para apreciação desta Assembléia Legislativa, em conformidade com a determinação constitucional, o anteprojeto de lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos relativo ao triênio 1989-1991.

### Ofício:

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ - APP

OF. Nº 304/88

Curitiba, 14 de setembro de 1988.  
Prezado Senhor.

Comunicamos a Vossa Senhoria que os professores da rede estadual de ensino realizarão uma marcha cívica no dia 15.09, com início às 14:30 horas, saindo da Boca Maldita em direção ao Centro Cívico.

Informamos que também participarão desse evento, pais, estudantes, representantes de Associações, Sindicatos, bem como outros segmentos da sociedade.

Assim sendo, vimos convidá-lo, na condição de político influente em nosso Estado, para acompanhar-nos nessa marcha cívica em prol da abertura de negociação Governo/Professores e solicitamos ainda que ao final, em frente ao Palácio Iguaçu, Vossa Senhoria se pronuncie, definindo seu posicionamento em face do movimento da classe.

Na oportunidade apresentamos a Vossa Senhoria, protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) ISOLDE BENILDE ANDREATA  
Presidenta

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirada da Ordem do Dia por 20 sessões, o Projeto de Lei nº 139/88, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
Líder da Bancada do PMDB

#### REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 10 sessões, o

Projeto de Lei n° 154/88, de autoria da Deputada Amélia Hruschka.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
Líder da Bancada do PMDB.

**REQUERIMENTO N° 317**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve propõe à Casa o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Octávio Furquim, ocorrido ontem na cidade de Rio Branco do Sul.

Octávio Furquim foi um dos pioneiros daquela cidade, cuja administração chefioou como Prefeito Municipal e a quem se dedicou por muitos anos, desbravando caminhos, incentivando o estabelecimento da indústria de exploração de mineral e apoiando por todos os meios a integração e desenvolvimento do Sul do Paraná.

Viuvo da Senhora Josephina de Faria Furquim, Octávio Furquim viveu até a veneranda idade de 94 anos, tendo tido a alegria de ver adultos e encaminhados seus quatro filhos, além de deixar netos e bisnetos.

Requer, mais, que desta manifestação seja dado conhecimento à família do extinto, na cidade de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO N° 323**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar pelo falecimento do Coronel Orlando Xavier Pombo, ocorrido no dia 13 do mês em curso, na pessoa de sua esposa Senhora Iolanda Foltran Pombo - Av. Vicente Machado 2046 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) RAUL LOPES

**JUSTIFICATIVA:**

O Coronel Pombo, grande líder, amigo e companheiro tendo atingido o posto máximo da Polícia Militar, chegando ao Comando Geral da Corporação, sempre soube tratar seus subordinados com urbanidade, respeito, bondade e dignidade.

Homem de grande saber policial militar, tem grandes seguidores, entre os que o conheceram.

Tronco de família tradicional neste Estado e especialmente na Polícia Militar.

Seu passamento traduz uma irreparável perda para todos nós.

**REQUERIMENTO N° 269**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Associação Paranaense de Avicultura - APAVI, na pessoa de seu Presidente, Senhor Laercio Faustino Cardoso, manifestando os nossos cumprimentos pela passagem do dia do avicultor, comemorado no dia 28 de agosto.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 321**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Diretoria da Construtora Khouri na pessoa de seu Diretor Alfredo Khouri, cumprimentando-o pela importância do empreendimento lançado no dia 15 de setembro, o Shopping Center Eldorado de Londrina.

Sala das Sessões, em 15.09.88

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 333**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Edson Gradia Secretário Especial do Esporte, bem como à Firma MATRIX - Indústria e Comércio de Artigos Esportivos (DRIBLE), pela assinatura do convênio entre a Fundação do Esporte do Paraná e a MATRIX.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial do Esporte, Edson Gradia, bem como ao Senhor Joani Antonio Palmeira, Diretor Comercial da Firma MATRIX.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

O convênio recentemente assinado entre a Fundação do Esporte do Paraná e a MATRIX Indústria e Comércio de Artigos Esportivos (marca Drible) é da mais alta importância por diversos aspectos.

Graças a ele os esportistas paranaenses terão material, facilitando a prática esportiva, especialmente nos municípios do interior onde a carência é sempre maior.

O convênio abre também a possibilidade dessa indústria de renome internacional implantar uma unidade fabril em nosso Estado, com evidentes reflexos positivos para a nossa economia.

Além disso, o fato demonstra a pujança e o conceito do Paraná no setor desportivo, que acaba de receber tão significativo reconhecimento.

O convênio para fornecimento de mate-

rial esportivo alcança valores equivalentes a 100 milhões de cruzados.

Merece, portanto, o nosso aplauso a iniciativa do Secretário do Esporte, Edson Gracia, e do Diretor Comercial da MATRIX, Senhor Joani Antônio Palmeira, pelo incentivo ao desporto paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações a "Malas IKA".

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da comemoração dos seus 50 anos de fundação. Esta empresa paranaense, conhecida em todo o Brasil, vem realizando durante todos estes anos um trabalho tão brilhante que já vem superando fronteiras. Com 1500 funcionários, produzindo malas, sacolas, malas e demais artigos de viagens, a Ika atende, além do mercado brasileiro, também a França, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Dinamarca, Israel, Islândia, África do Sul, Venezuela e Chile.

Por tudo isto queremos parabenizá-la, e desejamos comemorar juntos o seu Jubileu de Diamante.

#### REQUERIMENTO N° 318

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formação de uma comissão interpartidária com a finalidade de promover as ações necessárias no sentido de evitar a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul. Lembro que este órgão tem prestado relevantes serviços aos três Estados sulinos na captação e coordenação de recursos para implementação de projetos que contribuem significativamente com o desenvolvimento econômico e social da região.

Requer, também, que seja encaminhado expediente às Assembléias Legislativas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, dando ciência do teor deste requerimento. Além disso, requer que seja sugerido àqueles legislativos que procedam de idêntica forma, com vistas a somar esforços para a manutenção da SUDESUL, que desde que bem conduzida pode se constituir em valioso instrumento de incentivo ao desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul foi criada pelo Decreto-Lei

n° 301, de 28 de fevereiro de 1967. Ela substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira - Sudoeste do País. Inicialmente atendeu parte dos municípios dos Estados do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas através da Lei n. 5365, de 1° de setembro de 1967 sua área jurisdicional passa a ser integrada pela totalidade dos municípios dos três Estados do Sul.

Hoje, com 320 funcionários - apenas 13 lotados no escritório do Paraná - mantém seus objetivos de promover o desenvolvimento integrado e harmônico da Região, visando o aproveitamento racional dos seus recursos naturais e o bem social da população, assegurando uma economia auto-sustentável e integrada à economia nacional.

Atualmente a SUDESUL vem desenvolvendo quase uma dezena de programas nessa área. Os principais são; programa de desenvolvimento integrado da Lagoa Mirim, programa de controle da erosão do solo do Noroeste do Estado do Paraná, e projeto de desenvolvimento do Rio Mambituba em Santa Catarina. Paralelamente, continua atuando em programas de desenvolvimento das comunidades, em projetos municipais e programas de poços e águas.

Recordo que esses três Estados que recebem a assessoria da SUDESUL representam 16 por cento da população brasileira e 6.8 por cento do território nacional. Essa região é estratégica em três setores: produtora de alimentos e matéria prima (responde por mais de 53% da produção de grãos); grande geradora de divisa, pois contribui com 28 por cento das exportações do país; e, tem um mercado interno significativo.

Mas esse retrato da Região Sul desde a década de 70 passou a ser alterado e hoje já está numa fase crítica, em alguns pontos, especialmente na área social onde mais de um milhão de famílias recebem apenas cerca de dois salários-mínimos. Paralelamente a isso, essa região enfrenta graves desequilíbrios ambientais.

Por isso, considero que este não é o momento de extinguir um órgão que se bem conduzido pode se tornar um valioso instrumento e auxiliar os três Estados a superar esse momento.

#### REQUERIMENTO N° 326

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos Deputados Federais, pelo Paraná, solicitando seja suprimido o Parágrafo 4° do Artigo 27 da

Lei n. 7.653/88, que proíbe todo o tipo de pescaria no período compreendido entre 1º de outubro a 31 de janeiro, para que não venha a aumentar as tensões sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira, conforme documento em anexo da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Manter anexo os documentos constantes no requerimento.

**REQUERIMENTO N° 329**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães "São José", localizado na Vila Urupês, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

O Clube de Mães "São José" é uma entidade assistencial que atende dezenas de famílias daquela região, no encaminhamento de gestantes e assistência aos recém-nascidos. Entretanto, por razões de defasagem salarial e orçamentária, necessita de auxílio financeiro para preservar no trabalho de atendimento aos necessitados.

**REQUERIMENTO N° 330**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação do Curso Técnico em Contabilidade no Colégio Estadual "Vicente Leporace" da cidade de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

A Cidade de Boa Esperança, em função de seu progresso, necessita de algum curso profissionalizante para atender as necessidades dos estudantes locais que procuram na qualificação uma forma de obter melhores empregos.

O comércio, por outro lado, também viria a ser beneficiado com a criação do referido curso porque atualmente as empresas ligadas ao setor, isto é, escritórios contábeis, são criados por pessoas vindas de outras cidades, em detrimento da juventude local.

**REQUERIMENTO N° 331**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães "São José", localizado na Vila Urupês, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

O Clube de Mães "São José" presta relevantes serviços àquela comunidade no encaminhamento de gestantes e atendimento de recém-nascidos. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

**REQUERIMENTO N° 332**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia de Goioerê.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

O Albergue "Santa Amélia" é uma entidade assistencial que presta serviços ao povo de Goioerê e região, no atendimento de pessoas carentes. Atualmente, por defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

**REQUERIMENTO N° 320**

Senhor Presidente.

No dia 07 de setembro de 1988, enquanto a maioria das autoridades paranaenses e parcela considerável da população foram às ruas para assistir os desfiles e ouvir discursos alusivos à independência do Brasil, uma outra parte da população, aproximadamente 2.500 pessoas lotou a praça central da cidade de Cerro Azul para, patrioticamente, protestar contra a construção de hidrelétrica particular, de propriedade do Grupo Votorantin, no vale do Rio Ribeira. A população e as autoridades dos municípios atingidos, sem exceção, repudiam a implantação da obra. Os motivos são abundantes.

Se a hidrelétrica vier a ser implantada, alagará a maior e mais fértil área do Vale; expulsará mais de 10 mil paranaenses que lá vivem e trabalham produzindo alimentos para os grandes centros, particu-

lamente Curitiba; tornará inviável a exploração dos recursos minerais abundantes na região; devastará uma enorme quantidade de mata atlântica ainda restante no Estado; tornará impossível o acesso de uma parcela da população dos municípios atingidos às suas respectivas sedes, e, por último não trará nenhum benefício ao Paraná, vez que a energia ali produzida será transportada para o Estado de São Paulo e alimentará apenas e tão somente as indústrias do Senhor Antônio Ermírio de Moraes - Grupo Votorantin, restando ao nosso Estado e particularmente aos municípios atingidos somente as consequências econômicas, sociais e ecológicas.

Diante do exposto, este Parlamentar, REQUER, após a manifestação favorável do Plenário, o envio de cópia deste expediente às autoridades adiante relacionadas, contendo o posicionamento deste Poder Legislativo contrário à realização da obra, considerando racionais e justas as argumentações e reivindicações da comunidade sob todos os pontos de vista.

Requer, ao final, a atenção das autoridades competentes para a solução dos problemas enfrentados pelas comunidades residentes na região mais abandonadas pelas autoridades federais e estaduais, tais como: a construção de moradias, escolas, creches, hospitais, postos de saúde, melhoria das estradas e a pavimentação do trecho da estrada que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul e Adrianópolis, reivindicando há trinta anos, e só constante nos mapas rodoviários:

- 1 - Governador Álvaro Dias;
- 2 - Governador do Est. de São Paulo, Orestes Quêrcia;
- 3 - Aureliano Chaves, Ministro das Minas e Energia;
- 4 - Ary Queiroz, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- 5 - Ao Superintendente da SUREHMA;
- 6 - Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- 7 - Clara Ant, Deputada e Líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- 8 - Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantin - SP;
- 9 - Ao Diretor-Presidente da MINERO-PAR, Paraná;
- 10 - Aos Presidentes das Câmaras Municipais de Adrianópolis e Cerro Azul.
- 11 - Aos Prefeitos Municipais de Adrianópolis e Cerro Azul;
- 12 - Ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Adrianópolis; e,
- 13 - Ao Presidente do Sindicato Rural de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heins George Herwig, solicitando que sejam efetuados estudos a fim de se apurar a viabilidade de asfaltamento do trecho rodoviário ligando o Município de Nova Esperança a Ivaitinga, conforme ofício expedido pelo Vereador Mário Hossokawa, justificando a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, objetivando informações sobre a liberação de recursos destinados a Frente de Trabalho, bem como os respectivos valores, dos seguintes Municípios: APUCARANA; BARBOSA FERRAZ; BOM SUCESSO; BORRAZÓPOLIS; CALIFÓRNIA; CAMBI-RA; FAXINAL; FENIX; GRANDES RIOS; IRETAMA; ITAMBÊ, IVAIPORA; JANDAIA DO SUL; JARDIM ALEGRE; KALORÉ, LUNARDELLI; MANDAGUARI; MARILÂNDIA DO SUL; MARUMBI; OURIZONA; PITANGA; RIO BOM; SÃO JOÃO DO IVAÍ; e SÃO PEDRO DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações, baseia-se em denúncias recebidas da população, de que os recursos destinados ao atendimento das necessidades daquelas pessoas carentes, prejudicadas com a prolongada estiagem que assola o Paraná, não estão sendo liberados pelas Prefeituras Municipais, denúncias essas que merecem toda a nossa preocupação.

Eis, pois, a exposição de motivos que demonstram a nossa intenção em bem informar a toda camada da população, para que esta tenha acesso sobre o destino dos recursos financeiros do Estado, não pairando assim, dúvidas quanto a transparência governamental.

#### REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

O Jornal "Gazeta do Povo", desta capital, publicou na sua edição do último dia 9, artigo assinado pelo destacado Líder empresarial Glaucio José Geara, com o título "A Solução está Aqui", em que aborda o problema representado pelas levas de

emigrantes que ultimamente tem deixado o Brasil em busca de outros países para residir e trabalhar.

Depois de lamentar o quadro conjuntural desfavorável que tem estimulado brasileiros a deixarem sua Pátria, Glaucio Geara conclui com um apelo para que os nacionais do Brasil aqui permaneçam e se unam aos brasileiros de boa vontade, que estão determinados a vencer o desafio do presente e construir um futuro melhor.

Para reconfigurar o ambiente nacional em termos mais favoráveis, Geara chama a atenção para a responsabilidade dos empresários e de todos os cidadãos, no sentido de assegurarem uma função social e participativa à atividade pessoal, conclamando ainda ao retorno aqueles que se ausentaram do País.

Creio que a maioria desta Casa perfila conosco as lúcidas idéias de Glaucio Geara, quando convoca os brasileiros desejosos de emigrar para que "joguem fora, por uns tempos, esse passaporte. Fiquem. O Eden tem que ser aqui, esta deve ser a nossa Pasárgada. O Brasil, o re-Brasil depende apenas de nós".

Por isso requiro a transcrição do citado artigo, que vai anexo, a fim de que reflitamos suas ponderações e nos irmanemos na pregação dos que confiam no Brasil.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 263/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade Pública a ACADEMIA UNIVERSAL "ARTE E PROFISSÃO", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora se submete à consideração desse Douto Plenário, configura-se no mais justo ato de reconhecimento público e de gratidão pelos relevantes serviços prestados pela ACADEMIA UNIVERSAL "ARTE E PROFISSÃO" à comunidade paranaense e, por extensão, ao Paraná nesses 34 anos de existência e de efetiva representatividade junto ao ensino de nosso Estado.

Seus feitos são o resultado do trabalho, do esforço e dedicação daqueles que, à tase de sua administração visam atingir seus objetivos, qual seja, o da difusão do ensino profissional e artístico; o da preparação de jovens para uma profissão ime-

diata e utilitária com especialidade para o Comércio e a Indústria, enfim cooperar com a comunidade, no sentido de conscientizá-la para uma especialização profissional mais ampla, com objetivo de criar uma infinidade de iniciativas particulares, como em especial, a de gerar novos empregos, suprimindo as necessidades de pequenas, médias e grandes empresas com técnicos qualificados.

Considerada a significativa contribuição emprestada ao desenvolvimento do ensino no Paraná, nada mais justo que a Academia Universal "Arte e Profissão" venha a ser reconhecida de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 264/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Denomina GOIOERÊ o atual Município de GOIO-ERÊ, criado pela Lei n. 48 de 10 de agosto de 1955.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de GOIO-ERÊ, criado pela Lei n. 48 de 10 de agosto de 1955, com sede na localidade do mesmo nome, é território desmembrado do Município de CAMPO MOURÃO.

A documentação que anexamos a este projeto de lei, traduz com fidelidade como fora registrada pela primeira vez, no ano de 1951.

Passados 33 anos, a população daquele Município através de sua Câmara de Vereadores, obedecendo aos reclamos de seu povo, encaminha a esta Casa, farta documentação, inclusive xerocópia da carta de próprio punho, do fundador Carlos Scarpari, onde assegura o nome de GOIOERÊ, bem como xerocópia do edital de registro do Patrimônio Goioerê, feito no Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão de 26 de novembro de 1951, assinado por Sady Parigot de Souza, onde revela, indiscutivelmente, que o nome inicial do Município é GOIOERÊ, pretendendo portanto, ser resguardada sua veracidade.

Para melhor justificar e dar cunho legal, a Câmara de Vereadores através da Lei n. 810/06/77, autoriza alterar o nome do Município.

Finalmente a professora Zília Mara Pastorello Scarpari, da Universidade Federal do Paraná, Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em bem fundamentada análise lingüística consagra como correta "GOIOERÊ".

PROJETO DE LEI N° 265/88



A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DE RESERVA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) EIMAR LUIZ COSTA

## JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA DE RESERVA, fundada em 22 de maio de 1987, com sede e foro na cidade de Reserva - PR, sita à Rua Generoso Marques n. 830, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo como objetivos organizar e manter serviços de beneficência e assistência espiritual aos carentes, sem distinção de credo religioso, cor ou raça e organizar cooperativas, orfanatos, asilos, creches e albergues aos necessitados.

## PROJETO DE LEI Nº 266/88

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o T.E.M.M. - TRABALHO E ENCAMINHAMENTO DO MENOR DE MARINGÁ, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.88.

(a) JOSÉ ALVES

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social aos menores de Maringá, e é dirigida por senhoras abnegadas, dotadas de extraordinário valor humano.

A documentação anexa comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual pertinente a matéria.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que temos certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Finda a leitura do Expediente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, para aproveitamento até do convite enviado pela Associação dos Professores do Paraná, a Bancada do PMDB gostaria de fazer apenas um esclarecimento. Ocorre que, na última segunda-feira, nós recebemos, aqui na Assembleia Legisla-

tiva, no Gabinete do Líder da Bancada, Artagnão Mattos Leão, a Presidenta da APP, Professora Isolde Andreatta e o Vice-Presidente da APP, Presidente Paulo Maia. Na oportunidade, Senhor Presidente, foi feita a entrega de uma carta, assinada pelo Secretário da Educação do Paraná, no sentido de algumas propostas para que se restabelecesse o diálogo entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e os Professores do Paraná.

E, estranhamente, Senhor Presidente, nos meios de comunicação de todo o Paraná, nós temos visto, ouvido e lido que a APP não recebeu nenhum documento, o que deixa a Bancada do PMDB numa situação muito delicada, já que lá estiveram mais de 15 Deputados, na oportunidade, e o documento foi entregue por este Deputado e o Deputado Artagnão Mattos Leão.

Eu gostaria que este registro permanecesse nesta Casa, logo após o convite que foi lido pelo nobre Deputado Nelson Vasconcellos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso de seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

Antes porém esta Presidência tem o prazer de anunciar em nossas galerias a presença do Prefeito de Rebouças, Senhor Camilo Melhen.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia sete de setembro passado, quando a maioria das autoridades paranaenses, juntamente com grande parcela da população foram às ruas para assistir os desfiles e ouvir discursos alusivos à Independência do Brasil, uma outra parte da população do Paraná, aproximadamente 2.500 pessoas tomaram conta da Praça Central da Cidade de Cerro Azul para, patrioticamente, protestar contra a construção de uma hidrelétrica particular, de propriedade do Grupo Votorantim, no Vale da Ribeira.

A população e as autoridades dos municípios, sem exceção, repudiam a implantação desta obra. Os motivos são abundantes, se a hidrelétrica vier a ser implantada, alagará a parte mais fértil da área do Vale da Ribeira, pois expulsará mais

de 10 mil pessoas, são mais de 1.700 famílias que serão expulsas de suas terras, de suas casas, de seus pertences.

Estas pessoas deixarão de produzir alimentos aliás, um dos centros fornecedores de verduras, legumes e frutas para esta capital, deixará de existir, produzindo, além desta Capital alimentos para os grandes centros consumidores. Tornará inviável a exploração de recursos minerais que são abundantes naquela região, devastará uma enorme quantidade de mata atlântica, ainda restante no Estado, tornando impossível o acesso de uma parcela da população dos municípios atingidos a suas respectivas sedes, e por último não trará nenhum benefício ao Paraná, tendo em vista que a energia ali produzida será transportada para o Estado de São Paulo e apenas, tão somente, para abastecer as indústrias do Grupo Votorantim, de propriedade do Senhor Antônio Ermírio de Moraes, restando ao nosso Estado, mais uma vez e particularmente aos municípios atingidos somente as consequências econômicas, sociais e ecológicas que vai restar para o Estado do Paraná.

Diante do exposto, este Parlamentar requer após a manifestação deste Plenário, através de requerimento escrito encaminhado à Mesa desta Assembléia, a manifestação contrariando a realização desta obra, a qual ouvimos quando estivemos presentes no dia 07 de setembro, em Cerro Azul, nesta Assembléia, onde estavam presentes sindicalistas, movimentos populares, estavam presentes autoridades municipais e a posição foi unânime, a posição de contrariedade da construção desta obra que é de interesse particular do Grupo Votorantim.

Por isso é que nós estamos colocando em apreciação, pedindo a manifestação desta Assembléia Legislativa, de apoio à população e às autoridades locais, e é lógico, contrariando as iniciativas da vontade popular, do Grupo Votorantim, que quer a energia e de certo futuramente quer explorar os minérios que seriam úteis para o Estado que lá se encontram.

Estamos propondo que seja encaminhado este expediente ao Governador do Estado do Paraná, ao Governador de São Paulo, ao Ministro de Minas e Energia, ao Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente à Superintendência da SURHEMA, a Presidência da Assembléia de São Paulo, pois é divisível com o Estado de São Paulo, bem como aos líderes políticos das bancadas de São Paulo, também ao Grupo Votorantim na pessoa do seu Presidente, à direção da Mineropar e aos Prefeitos Municipais de Adrianópolis e Cerro Azul, bem como aos Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais tanto de Adrianópolis como de Cerro Azul.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de suma importância que este Parlamento se pronuncie representando a aspiração e a vontade de mais de 10 mil pessoas, quase duas mil famílias que estão na eminência, estão ameaçados de ficarem sem terra, de ficarem sem casa, de ficarem sem teto, de ficarem sem salário e engrossarem a fileira do povo da lona preta, do povo do caminhão do bôia-fria, do povo da favela da cidade.

Portanto, em defesa da população é que apelamos a todos os que compõem esta Casa Legislativa, para que os representemos e os defendamos.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti, no Horário do PMDB.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu, abrindo este Horário da Liderança do PMDB solicitaria ao Deputado Pedro Tonelli, que veio aqui na Assembléia Legislativa e fez denúncias em relação ao Governo do Estado.

Eu dou um aparte forçado ao Deputado para que aqui, venha novamente dizer se Vossa Excelência ratifica as denúncias, de que o Governo do Estado estaria dando dilação de prazo de 180 dias.

Gostaria que Vossa Excelência ratificasse para que logo após, eu possa então responder.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI - Já concedi, de antemão.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu ratifico as denúncias que sempre fiz desta tribuna, a reafirmo, e tenho em mãos aqui as súmulas, síntese dos termos de dilação de prazo feitos e exercidos dentro da Lei, e se eu falei reafirmo, dentro do que a lei, permite, aonde muitos grupos econômicos deste Estado tiveram neste ano, contrariando o posicionamento de Vossa Excelência no passado, dizendo que no governo Alvaro Dias não ocorria isso.

Ocorreu, continua ocorrendo, aonde nós temos grupos econômicos que sofreram dilação de prazo de oito meses que eles deveriam contribuir para o Estado, que recebe-



ram o benefício dentro da lei, aquilo que é permitido.

Para cada mês, dois meses sofreram dilação de prazo.

Então eu confirmo, reafirmo, se quiser que eu nomine eu nomino todos, se quiser que nós leiamos no Diário Oficial, porque Vossa Excelência como Parlamentar, com certeza tem a obrigação de ler o Diário Oficial e de conhecer a lei. Muitos e muitos grupos econômicos sofreram dilação de prazo, por dois meses que é o que a lei permite, mas vários meses. Temos aqui o último grupo, permite que o cite?

O SR. PAULO FURIATTI - É 60 dias ou 180 dias, conforme a denúncia que Vossa Excelência fez aqui? Vossa Excelência falou que o Governo Álvaro Dias havia dado dilação de prazo de até 180 dias.

O Sr. Pedro Tonelli - Sim, eu reafirmo. No Diário Oficial do dia 14 de abril, 1988, na página 19, termo de acordo número 846/88, acordo entre FRIGOBRA, Companhia Brasileira de Frigoríficos de Araucária, meses de dilação: março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1988, com cada um desses meses, dois meses de prazo para dilação do prazo de recolhimento de ICM.

Portanto, eu sempre afirmei aqui e reafirmo, se tem que apertar o cinto dos trabalhadores porque não têm recursos, tem que apertar dos empresários também, é isso que eu sempre falei e reafirmo. Não podemos ficar fazendo corpo mole com os empresários, mesmo que a lei permita, porque a lei também permite que se pague melhor os servidores públicos.

O SR. PAULO FURIATTI - Muito bem Deputado, agora deixe eu lhe responder. Em primeiro lugar: Vossa Excelência fez uma denúncia aqui, porque Vossa Excelência leu errado o Diário Oficial, disse que o Governo do Estado estava dando dilação de prazo de 180 dias, eu fiz um aparte informando Vossa Excelência, que diferentemente do passado o Governo do Estado não aceitava mais que 60 dias de pagamento de ICM e que as dilações de prazo que tinham ocorrido, eram no máximo em 60 dias, e Vossa Excelência veio aqui e disse que não, que as dilações de prazo eram de janeiro a julho portanto de 6 meses. É bom esclarecer a Vossa Excelência, as dilações de prazos ocorridos no Estado do Paraná não ultrapassaram 60 dias, o período no entanto do benefício é que era de julho, de janeiro a julho. Portanto a informação de Vossa Excelência, que está registrada em notas taquigráficas, de que o Governo Álvaro Dias tinha dado prazo de pagamento até 6 meses, não é verdade, não é verdade porque o pra-

zo máximo do pagamento de ICM no Estado do Paraná, desde que o Governador assumiu, é de 60 dias.

O Sr. Pedro Tonelli - Concede um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI - Infelizmente nobre Deputado, eu agora tenho que lhe responder, porque da última vez Vossa Excelência falou, acusou, eu pedi aparte e Vossa Excelência não concedeu.

Eu quero dizer nobre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência como representante único de um partido que eu considero sério, tem que começar a ter uma postura mais séria dentro desta Assembléia, sob pena de desmoralização do seu papel aqui dentro desta Casa.

Hoje, abrindo a "Folha de Londrina", Vossa Excelência faz uma denúncia contra o Chefe da Casa Civil, como se ele tivesse lhe mandado um documento também pedindo votos ao Deputado Maurício Fruet e acusando a máquina estatal. Eu quero dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência não é bobo; Vossa Excelência sabe das coisas, mas faz com má fé determinadas denúncias. Eu não sei onde Vossa Excelência quer chegar. Este documento que Vossa Excelência recebeu, todos sabem, é uma falsificação grosseira. Pegaram um envelope do Governo do Estado, Vossa Excelência pode saber muito bem disso. Falsificaram aqui um documento a Vossa Excelência, dizendo que o Chefe da Casa Civil pediu o seu apoio e Vossa Excelência deu crédito a esse documento. É um caminho muito perigoso, porque amanhã eu posso receber no meu gabinete um documento com a sua assinatura, dizendo que deixou de lado a candidatura do PT, que vai apoiar o Deputado Maurício Fruet, porque Vossa Excelência acha que ele é o melhor do mundo, com xerox assinado, e eu então terei o direito de em cima de uma falsificação grosseira, publicar no jornal e colocar o seu nome no jornal, quando Vossa Excelência não tomou tal atitude.

Então, Deputado Pedro Tonelli, vamos parar de fazer essa oposição "chula" e baixa, pois de Vossa Excelência eu não esperava isso.

É uma oposição que diz na tribuna o que quer dizer, mas tem consciência da realidade outra, no caso do ICM, o primeiro erro de Vossa Excelência foi não saber ler o Diário Oficial porque interpretou errado, olhou de janeiro a julho e imaginava que o prazo de recolhimento do ICM era 180 dias.

Depois foi verificar e chegou à conclusão que não era verdade.

Segundo lugar, esta matéria que saiu na "Folha de Londrina" no dia de hoje faz com que a credibilidade vossa e de vosso Partido, não consigam ultrapassar os 2%,

porque essas mentiras, essas bobices, essas coisas infantis que Vossa Excelência faz aqui, transforma este parlamento cada vez mais num processo difícil de legar à população a credibilidade pública. As denúncias de um Parlamentar eleito pelo voto legítimo do povo, têm que ser denúncias concretas, cabais e firmadas dentro de um congelamento político que possa dar credibilidade à opinião pública.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Expediente, Pela Ordem o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero fazer dois registros. Primeiro, o que eu afirmei, eu reafirmo.

Quem não sabe ler o Diário Oficial é o Deputado Paulo Furiatti; segundo, eu não sabia que foi o Deputado Paulo Furiatti quem fez a montagem, eu não sabia que era permitido fazer montagem, porque fiquei na dúvida quando recebi, só que percebi que a assinatura do Secretário confere, a assinatura do Deputado confere, a assinatura do Secretário Antônio Acir Breda...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Distrito Administrativo

Curitiba, quinta, em 15.09.88

do NOVO MUNDO, no Município de Curitiba, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.T., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 136/87, de 19.11.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 345/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei tem por finalidade criar o Distrito Administrativo do Novo Mundo, no Município de Curitiba.

No que concerne ao mérito, a proposição é de absoluta oportunidade e justiça, visto que a comunidade do Novo Mundo de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito.

Em tais circunstâncias, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do projeto pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião Favorável à Aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
HERMAS BRANDAO - Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS PROJETO DE LEI Nº 345/87

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar o Distrito Administrativo do Novo Mundo, no Município de Curitiba.

Quanto ao mérito, a douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente a respeito da matéria.

No que concerne ao parecer desta Comissão, nada temos que o desabone, merecendo o presente plano de lei, a tramitação normal pelos demais órgãos da Casa, com o Parecer Favorável do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
QUIELSE CRISÓSTOMO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTA LAR DONA NENE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 35, de 05.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 119/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Lar Dona Nene, com sede e foro em Curitiba, Paraná.

A matéria atende ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da mesma nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/88, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - APM, DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR MAILON MEDEIROS, ENSINO DE 1º GRAU, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 41, de 16.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 133/88

P A R E C E R:

O projeto ora proposto, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Professor Mailon Medeiros - Ensino de 1º Grau.

Analisado sob a orientação da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, aplicável à espécie, vislumbra-se que atende aos requisitos nela exigidos, ou seja, personalidade jurídica há mais de um (01) ano, relatório das atividades, estatutos sociais, inexistência de fins lucrativos, entre outros.

Nestas condições, encontra-se devidamente instruído para ser submetido à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, inexistindo óbices de caráter regimental, legal ou constitucional para sua consequente aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/88, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PARANATUR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 42, de 17.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 135/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da PARANATUR, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
HERMAS BRANDAO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/88, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JOAQUIM DUTRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 43, de 18.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 137/88

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 137/88, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, propõe a concessão de Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Sr. Joaquim Dutra, natural do Município de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo, radicado atualmente em Maringá.

Dando suprimento à falta do "Curriculum Vitae", inexistente no bojo da proposta, o autor apresenta justificativa que detalha amplamente a vida do homenageado, nos convencendo de sua oportunidade.

Cumprindo, portanto, os ditames regimentais, nosso parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/88, de autoria do Deputado DIRCEU MAFRINATO, que dispõe sobre a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional nas Escolas de 1º e 2º graus da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. - (Public. no D.A. nº 44, de 19.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 139/88

P A R E C E R:

O nobre autor do projeto de lei em exame, intenciona obrigar o canto do Hino

Nacional, semanalmente, nos estabelecimentos de ensino da rede oficial de 1º e 2º graus.

A Constituição Federal estabelece, já no § 2º, do seu artigo 1º, que "são símbolos nacionais a bandeira e o hino".

E, se o hino é um símbolo nacional, como tal deve ser respeitado.

Não podemos nem devemos, continuar nos expondo ao ridículo de reconhecer e sempre publicamente, o desconhecimento da letra do hino pátrio por parte da maioria da população brasileira.

Ainda há pouco observamos contristados publicação que dava conta de ter sido convidada uma cantora brasileira para, na abertura de um evento esportivo, entoar o hino, não o fazendo por não lembrar-se da letra com correção.

A iniciativa é sem dúvida meritória e não encontra qualquer objeção legal que se lhe anteponha, motivo pelo qual escaramos nosso parecer Favorável à aprovação da medida.

Sala das Comissões, em 14.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 139/88

P A R E C E R:

Dispõe o referido projeto de lei sobre a obrigatoriedade dos alunos de 1º e 2º graus cantarem o Hino Nacional semanalmente nos estabelecimentos de ensino localizados no Estado do Paraná.

A medida é elogiável sobre os mais diversos aspectos, entre os quais podemos destacar a promoção da união dos estudantes na realização de um ato cívico, no momento de cantarem o Hino Nacional. Essa união aproximará os estudantes dos símbolos nacionais mais sagrados dos povos. Os sentimentos gerados por esta medida: patriotismo, solidariedade nacional, são valores impagáveis e justificam a aprovação do referido projeto. Somente através de uma juventude patriótica, nacionalista, poderemos ter esperanças de construir um Brasil progressista, livre e soberano. E todas as vezes que os estudantes se reunirem para cantar o Hino Nacional Brasileiro, estarão prestando homenagem à Pátria, ao povo e à nacionalidade.

Não havendo, portanto, qualquer impedimento à aprovação do referido projeto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.88.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN - Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a re-

tirada por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei nº 139/88. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei nº 139/88.

Sobre a mesa, requerimento de nº 317, de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 323, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 216, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de nº 229, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 237, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 333, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 239, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 240, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem). Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência pede desculpas a Vossa Excelência, foi Aprovado o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

Requerimento de nº 242, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 243, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 244, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 245, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 247, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 248, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 250, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 252, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 253, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 262, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 265, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 301, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 269, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 270, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 277, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 334, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 281, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 274, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 273, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 272, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 278, de autoria do

Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 279, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 271, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 285, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 285, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 291, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 297, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 300, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 268, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 302, de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 331, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 305, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 304, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 306, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 307, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 314, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 318, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira,

constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 319, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de nº 321, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 322, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 326, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 254, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 329, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 330, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 303, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 332, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 238, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 183, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - **Em votação.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Rejeitado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Foi pedida verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação requerida por Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e o Sr. 1º Secretário fará preliminarmente a chamada nominal dos Srs. Deputados, para depois proceder à consequente verificação de quórum.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PEDRO TONELLI - Eu declino da chamada.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a verificação requerida pelo autor do requerimento, Deputado Algaci Túlio.

Sete Srs. Deputados rejeitam.

Seis Srs. Deputados aprovam.

Não há quórum para votação, e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 270/87.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/87.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 07, 124, 130, 164 e 168/88.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 345/87, 95, 96, 97, 106, 107, 111, 118, 119, 133, 135 e 137/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1988.

#### "A PROPÓSITO DO DESPEJO DE BITURUNA

D. Pedro Fedalto  
Arcebispo de Curitiba

O Bispo de União da Vitória, Dom Walter Michael Ebejer, O. P., enviou minucioso relatório ao Governador Álvaro Dias e a mim. No dia 12 passado, deu o Bispo entrevista em Curitiba.

O Bispo de União da Vitória foi informado no dia 5 de agosto que houve uma invasão na Fazenda Bettega, no município de Bituruna, desconhecida por ele.

O Bispo foi procurado para apoiar espiritualmente os acampados, confortá-los e ajudá-los financeiramente. No dia seguinte, foi-lhe comunicado o despejo.

Em seu relatório, Dom Walter faz ques-



tão de afirmar que sempre defendeu a Reforma Agrária, de acordo com a Doutrina Social da Igreja e as Diretrizes da Pastoral da América Latina e do Brasil.

Afirmou ainda que nem oficialmente, nem tão pouco pessoalmente apóia e defende as invasões de terras.

Como pastor de todos, sentiu-se obrigado a visitar os Sem-Terra, para dar-lhes atendimento espiritual, aconselhando-os, ajudando-os, de conformidade com as necessidades e as possibilidades.

A invasão aconteceu no dia 5 de agosto, às 3 horas da madrugada e o despejo, no dia seguinte 6 de agosto, a partir das 16h30 pela Polícia Militar.

No dia seguinte, 8 de agosto, Dom Walter Ebejer, acompanhado dos Padres José Levi Godoy, Aquiles Ramos Berton e Osmar Antônio Sahroh, visitou um grupo dos Sem-Terra despejados e recolhidos no salão paroquial de General Carneiro e num barracão em Birutuna.

Dom Walter colheu o depoimento de despejados queixando-se da violência e brutalidade com que foram retirados da Fazenda Bettega.

Os acampados responderam que só sairiam com ordem de despejo assinada pelo juiz.

Não lhe foi apresentado o documento exigido pelos Sem-Terra.

No início do despejo, a Polícia Militar exigiu que todas as ferramentas agrícolas fossem recolhidas num só lugar.

Os policiais começaram a lançar gás lacrimogêneo. Foram disparados tiros para o alto e chão. Crianças começaram a correr em pânico pelo mato adentro. Mulheres em estado adiantado de gravidez foram empurradas, arrastadas, derrubadas ao chão.

Enquanto os Sem-Terra rezaram, os policiais zombavam dos santos. Uma Bíblia foi pisoteada.

Os Sem-Terra perderam o dinheiro guardado em suas malas, extraviadas durante a retirada violenta, juntamente com outros objetos de valor, segundo eles.

O próprio alimento para provisão durante um mês, foi perdido. As lonas das barracas foram cortadas e amontoadas nos acampamentos. Foi realmente um despejo desumano, violento, selvagem, pelo depoimento dos Sem-Terra. Causou espanto aos despejados verificar a brutalidade dos soldados, muitos deles provenientes de famílias de agricultores e de operários. Uns também foram presos, mal-tratados, apanhando com cassetetes.

Diante deste episódio grave que revela a situação dos agricultores no Brasil e no Paraná, com tanta terra, a Igreja não pode calar-se, se quiser ser fiel aos desígnios de Deus que criou a terra para todos. Não é vontade de Deus que tantos agricultores

estejam sofrendo, sem condições de trabalhar por falta de terra. Mas mesmo os que têm pequenas propriedades estão encontrando as maiores dificuldades para sua sobrevivência com insumo, fertilizante, adubos, agrotóxicos, sementes num preço exorbitante e com o preço dos produtos baixos para os agricultores.

Os Sem-Terra que ocuparam a Fazenda Bettega assumiram conjuntamente a responsabilidade da invasão, alegando que não possuem terra para cultivar, que não há trabalho na região e quando encontram um serviço, como bóias-frias, não recebem mais do que Cz\$ 300,00 diários, insuficientes para sua manutenção.

Os Constituintes devem tomar consciência que, com sua votação contra a Reforma Agrária, dizendo que não podem ser desapropriadas terras produtivas, estão se posicionando contra a Doutrina Social da Igreja que defende a Reforma Agrária, legítima, ampla, justa, para o bem do povo.

A Igreja, de outro lado defende a propriedade particular.

Todos devem entender que os Sem-Terra não são criminosos, bandidos, marginais, alcóolatrás, vagabundos. É evidente que entre eles podem encontra-se um outro deste tipo. Pode acontecer que haja entre eles pessoas estranhas ali infiltradas, com fins político-partidários e até espíões contra o movimento. Mas isto não justifica a acusação séria contra o Sem-Terra e nem tão pouco a violência com que são tratados os despejados.

Dou meu apoio aos Bispos de União da Vitória, Dom Walter Michal Ebejer, de Guarapuava, Dom Albano Cavallin, e a todos os que estão verdadeiramente empenhados na solução dos problemas sociais que cada vez mais agravam o povo. Não sou a favor de invasão de terras. Apelo ao Governo que busque soluções para os problemas tão graves que angustiam os brasileiros.

Que todos se empenhem para que tenhamos uma sociedade justa e fraterna."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1988.

"A SOLUÇÃO ESTÁ AQUI"

Gláucio José Geara

A prisão dos brasileiros que tentavam entrar clandestinamente nos Estados Unidos revela a ponta de um iceberg cada vez mais ameaçador: a formação de uma autêntica legião de desiludidos em fase terminal - milhares de brasileiros, de todas as origens e qualificações, frustrados quanto a seu papel na sociedade e a medíocre cobertura dada pelo estado a seus projetos de vida.

Essa gente, um verdadeiro exército dos 5x7, medida da foto do passaporte - perdeu a esperança no Brasil. São profissionais de nível superior, pedreiros, donas-de-casa, comerciárias e técnicos em diversos ramos de especialização que, só em Nova Iorque, compõem um tecido calculado em 100 mil brasileiros. Destes, a maioria, 80% deles, pelo menos, vivendo como párias, à margem da lei.

Transformaram-se, muitos deles, sem outra alternativa, em lavadores de defuntos para enterros, engraxates, farineiros e vendedores de sanduíches. São milagreiros de pequenos expedientes de sobrevivência, artistas de mágicas impossíveis e comoventes, que aceitam qualquer trabalho ou subtrabalho, free-lancers do que der e vier.

Só nos últimos dois anos, perto de 1 milhão e 250 mil deles viajaram legalmente e não mais retornaram. Foram despachados para Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha e Itália. Em busca de quê? Ora, de uma vida melhor, costumam dizer.

Então me pergunto: onde foi que falhamos com esses nossos conterrâneos?

O que houve, que tiveram de partir?

Inverte-se hoje a trama do histórico episódio dos navios negreiros, quando o Brasil, a dinheiro e chicotadas, raptava mão-de-obra dos países africanos para servir aos senhores coloniais - O dado bizarro dessa inversão é que, no presente caso, a própria mão-de-obra é que se exporta, invadindo o mercado estrangeiro como um contrabando indesejado, mercadoria bichada, poluente.

Outro aspecto da questão: no porão dos navios como o "Olivia" não se vêem, favelados, ignorantes e marginais. Entre os passageiros dessa agonia diária não estão doentes, famintos, retirantes nordestinos, despossuídos sem-terra, sem casa. Não: é a classe média que está ali. A geração do anti-sonho.

Uma geração, agora disposta a competir, não importa usando quais armas, com negros desempregados, porto-riquenhos, cubanos e chicanos, gente tratada habitualmente como cidadãos de terceira categoria, nos Estados Unidos e Canadá. Nem mesmo a chocante visão de um brasileiro algemado nos calcanhares pela imigração é capaz de desencorajá-la.

Onde fracassamos com essa gente?

O que deixamos de fazer por esses brasileiros?

Não há dúvida: é o sonho desenvolvimentista que implodiu. Temos, aqui, uma contrafação perfeita do otimismo dos tempos do cruzado - uma resposta às promessas não cumpridas da democracia social, econômica e política. São, estes, projetos do imaginário coletivo, matérias do in-

consciente humano, que se esvaneceram, na incompetência e na corrupção. O fracasso das elites, a perda total da confiança nas classes dirigentes.

Como podemos chegar a este ponto?

A mim parece que, se há uma solução, e honestamente acredito que há mesmo, esta solução não é ir embora. Não: devemos ficar e encarar os problemas. Atacá-los de frente, sem medo. Afinal, são problemas nossos. Só dizem respeito a nós, nossas famílias, nosso futuro.

Mais do que nunca precisamos desses homens e mulheres aqui entre nós. Há um trabalho a fazer: levar a cabo o serviço em que outros falharam. Mudar o país. Achar um jeito nosso, com nosso próprio sotaque, para dar a volta na crise.

A decepção é com os políticos?

Muito bem: vamos, então, votar certo. Conscientemente, maduramente. Só assim poderemos varrer os ineptos e os corruptos da vida pública. Ibrahim Sued disse, há dias, na tevê, que política e corrupção são univitelinos, xifópagos inseparáveis. Será?

É demais, seria uma colossal utopia, desejarmos para nosso país o fim dos políticos fisiológicos, esses profissionais do interesse, balconistas do dinheiro público? O que, entretanto, temos feito para isso?

A inflação chegou a níveis intoleráveis?

Que tal, então, mudarmos todos nossos hábitos de consumo, o próprio padrão de vida, comprando apenas o útil, negociando preços, dando vida longa aos produtos, num esforço verdadeiro para implantarmos, nós, cidadãos, uma nova economia, baseada apenas nas necessidades?

O Brasil que desejamos para nossas crianças não é esse país de passaporte na mão, mas uma nação feliz, com todos os brasileiros aqui. Com creches, escolas, saúde. Com habitação, roupa, emprego, comida. Todos produzindo, todos ganhando, crescendo.

Acredito por isso, como cidadão e empresário, que tenho um compromisso com minha nação. Estou cumprindo um dever - não uma obrigação e não um favor - ao dar à minha atividade uma função social, participativa, encaminhadora.

E não estou só: o empresariado, como um todo, entra de corpo e alma nesta briga. Pois vamos precisar de cada um dos brasileiros para viabilizar o Brasil. Inclusive - e sobretudo - quem já abandonou o campo de batalha. Julgo que somos todos responsáveis por eles. Agora, os queremos de volta.

Por isso, reduzo a questão a um apelo tão simples quanto patético: joguem fora, por uns tempos, esses passaportes. Fiquem.

O Eden tem que ser aqui, esta deve ser a nossa Passárgada.

O Brasil, o re-Brasil, depende apenas de nós."

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 017.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1988.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e José Alves.

Às dez horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Iron-di Pugliesi, João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delasari, Paulo Fariatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, e Tadeu Lúcio Machado (30). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Messadri, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Domingos Scarpellini, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nereu Carlos Massignan, Pirajá Ferreira, Quisela Crisóstomo, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata e do Termo de Ata das sessões anteriores, os quais foram aprovados sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n° 142/88, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - ASPGE, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 46, de 24.05.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 142/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Procuradoria Geral do Estado - ASPGE, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundada em 29 de junho de 1983, a entidade tem como finalidade representar os servidores da Procuradoria Geral do Estado, perante a administração superior em tudo que disser respeito aos seus direitos ou interesses funcionais. Além disso, promover a união dos que a integram, assistindo-os em todos os seus legítimos interesses, bem como desenvolver atividades esportivas, socio-culturais, assistenciais e recreativas.

A documentação que acompanha a matéria comprova que a entidade em questão está de acordo com as normas para a declaração de Utilidade Pública, conforme o que determina a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Não existem, portanto, quaisquer impedimentos, seja de natureza constitucional, legal ou regimental, para que o referido projeto de lei prossiga o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Considerando ainda, o papel desempenhado pela entidade na organização e representação de seus associados, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei que a declara de Utilidade Pública.

Sala das Comissões, em 14.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 145/88, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista CALIL SIMÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 46, de 24.05.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 145/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, objeti-

va conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista Calil Simão.

Pela justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, observamos que se trata de uma justa homenagem a quem há 30 anos dedica sua carreira jornalística ao povo paranaense, exercendo sua profissão com destaque, atuando incansavelmente em prol das melhorias, lhe valendo até os títulos de Cidadão Honorário de Matinhos e Caiobá.

Além disso, a medida encontra-se em conformidade com as disposições da Lei nº 5638, de 67, que estabelece as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania paranaense.

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, entende que inexistem impedimentos à tramitação normal da proposta, por esta Colenda Casa.

Nestas condições, opinamos pela aprovação da matéria, em toda a sua extensão. É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DAVID CHERIEGATE - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM CRUZEIRO DO SUL, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 50, de 01.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 149/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
JOSE AFONSO JÚNIOR - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/88, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que objetiva incluir a disciplina de Filosofia no currículo mínimo das escolas de 2º grau do Estado do Paraná. (Public. no D.A. nº 53, de 07.06.88)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 154/88. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 154/88.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA CENTENÁRIO II, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 54, de 08.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 159/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Centenário II, com sede e foro nesta Capital.

Tendo em vista os objetivos a que se destina mencionada entidade e não encontrando princípio constitucional violado, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA AMERICANA, do Conjunto Habitacional da COHAPAR, no Bairro Vila Americana, com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 57, de 13.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 171/88

PARECER:

O projeto ora em análise, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Americana, do Conjunto Habitacional da COHAPAR, no Bairro de Vila Americana, no Município de São Mateus do Sul.

Sendo que não encontramos preceito constitucional violado, e tendo em vista os serviços prestados à comunidade local, nosso Parecer é Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a Ordem do Dia anteriormente anuncia-

da, e mais

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 142, 145, 149, 159 e 171/88.  
Levanta-se a sessão.